

Francisco de Oliveira
Pascal Thiery
Raquel Vilaça
Coordenação

*M*ar
Greco-Latino

“O REINO DE CRISTAL, LÍQUIDO E MANSO”.
DERIVAS DE UTOPIA NA ÉPICA CAMONIANA

José Augusto Cardoso Bernardes

Universidade de Coimbra

1. As contas estão feitas: o substantivo “Mar” surge 215 vezes ao longo d’ *Os Lusíadas*. Vem logo atrás de “Gente” (280) “Terra” (271) e “Rei” (230). Nestas contas não entram adjetivos; não entram sequer sinónimos. Se fosse assim, haveria que considerar, pelo menos, a palavra “Água” (107) que, na épica de Camões, é quase sempre salgada. Não entram, tão-pouco, imagens e perífrases conexas. E, no entanto, elas revelam-se de importância capital⁽¹⁾. É justamente o caso da expressão que dá título a esta palestra, extraída da est. 18, do canto IX.

Situemos o passo. Desfeitos os embaraços de Calecut, a armada retoma o caminho de Lisboa. O narrador começa por referir que, para os nautas, constituía prémio suficiente o prazer de chegar à “Pátria cara para contar a peregrina e rara/ Navegação...”. Mas está claro que esse seria apenas o prémio da História. Faltava a recompensa da Poesia, uma vez que, como é sabido, no poema de Camões, um plano não avança sem o outro. Não surpreende assim que, logo a seguir, se desencadeie o segundo processo.

⁽¹⁾ Sirvo-me, naturalmente, do precioso *Índice Analítico do Vocabulário de Os Lusíadas*, publicado no Rio de Janeiro, pelo Instituto Nacional do Livro, em 1966, sob cordenação de A. G. Cunha.

Ouçamos então as estâncias com que começa o episódio da ilha dos Amores:

362

Porém, a Deusa Cípria, que ordenada
Era, pera favor dos Lusitanos,
Do Padre Eterno, e por bom génio dada,
Que sempre os guia já de longos anos,
A glória por trabalhos alcançada,
Satisfação de bem sofridos danos,
Lhe andava já ordenando, e pretendia
Dar-lhe nos mares tristes alegria.

Depois de ter um pouco revolvido
Na mente o largo mar que navegavam,
Os trabalhos que pelo Deus nascido
Nas Amphioneas Thebas se causaram,
Já trazia de longe no sentido,
Pera prémio de quanto mal passaram,
Buscar-lhe algum deleite, algum descanso,
No Reino de cristal, líquido e manso.

IX, 18-19⁽²⁾

Dada a sua natureza nuclear, o substantivo “Mar” quase nunca aparece sem qualificativos. São, porém, quase todos disfémicos, justamente para encarcerar a coragem de quem se dispõe a enfrentá-lo: “incerto”, “duvidoso”, “triste”, “escuro”, etc. A expressão perifrástica e imagética que encerra a estância 19 funciona como nítido contraponto desses tons negativos, instituindo a

⁽²⁾ As citações camonianas têm por base a edição d' *Os Lusíadas*, com Leitura, Prefácio e Notas de A. J. Costa Pimpão (Lisboa, Instituto Camões, 1992, 3ª ed.).

plenitude onde até então se tinha verificado carência. Trata-se, está bem de ver, de um evidente processo de sublimação, tão corrente na epopeia.

O objectivo deste trabalho resulta directamente dessa verificação, porventura ainda menos notada: a de que no desenlace d' *Os Lusíadas* (no desenlace do discurso e no desenlace da fábula) o Mar constitui uma referência central a vários títulos, gerando sentidos de natureza estético-simbólica que obrigam a rever a representação convencional do lexema, tal como ele surge representado ao longo de todo o poema.

Sei bem que falar de novo deste assunto quando tantos e tão qualificados camonistas o fizeram já pode ser entendido como uma temeridade. Tanto mais que, mesmo pretendendo limitar-me a um aspecto localizado, não poderei deixar de tocar em questões que afectam o entendimento global do episódio. Mas também sei que, em regra, o Mar —mesmo o Mar da Literatura— não se enfrenta sem alguma coragem (ou sem alguma imprudência).

2. Começemos por notar que o Prémio congeminado por Vénus para os seus amados lusitanos só poderia ser virtual. Não se trata, por exemplo, como na *Eneida*, de uma consagração empírica, traduzida na fundação de um Reino. De resto, e como tem sido sublinhado pelos melhores exegetas, o próprio herói é, também ele, virtual. Assim se explica, designadamente, que a ilha seja móvel: transportada sob o mar pelas nereidas, é cuidadosamente mantida fora da vista de quem não merece vê-la. E não é apenas *móvel*. É também *insubstancial*. Ficamos a sabê-lo pelo próprio narrador que, depois de ter dedicado dezenas de estâncias à sua descrição pormenorizada, nos levanta (cruelmente, diga-se) o doce véu da fantasia :

Que as Ninfas do Oceano, tão fermosas,
Tetis e a ilha angelica pintada,
Outra coisa não é que as deleitosas

Honras que a vida fazem sublimada.
 Aquelas preminências gloriosas,
 Os triunfos, a fronte coroada
 De palma e louro, a glória e maravilha:
 Estes são os deleites desta ilha.

IX, 89

Assim desfeita a ilusão referencial, o Prémio é claramente destacado da realidade e colocado no plano da Arte e da Fama que dela deriva.

O “Reino de cristal, líquido e manso” de onde Vénus extrai a ilha para os lusitanos contempla as ideias de preciosidade, doçura e encantamento. O princípio (aristotélico) da **adequação** é perfeito: tanto pela ligação que a deusa mantém com os mares como pelo facto de os descobridores terem, eles próprios, alcançado a glória enfrentando esse mesmo elemento. Do mesmo modo que é perfeita a união aí prevista entre as “aquáticas donzelas” e os “fortíssimos barões”, compreendendo, consecutivamente e em crescendo, os esposais e a contemplação mística dos segredos do espaço e do tempo (IX, 22), ou seja, integrando no mesmo nível o Amor e o Conhecimento ultrahumanos³.

A dimensão e o alcance do Prémio entendem-se ainda melhor se atentarmos em alguns pormenores. Refiro-me designadamente ao facto de a aparição da ilha ter sido precedida por uma expedição de Cupido ao “mundo rebelde” e de dessa expedição ter resultado um diagnóstico de profunda negatividade. Trata-se, possivelmente, do quadro mais “vagaroso” d’*Os Lusíadas*, contendo descrições minudentes e especiosas dos vários tipos de

³ A ilustração cabal deste princípio encontra-se nos verdadeiros esposais místicos celebrados entre o Gama e a titânide Tétis. Como bem lembra o narrador, os amores entre ambos decorrem em plano superior. “...no cume dum monte alto e divino/No qual ãa rica fábrica se erguia./De cristal toda e de ouro puro e fino.” (IX, 87).

Tomando como base lógica as doutrinas neoplatónicas do Amor, Helena Langrouva, ao longo de um livro recentemente publicado, expende considerações finas e percucientes sobre este processo (v., em especial, pp. 256 e ss).

desconcerto (com destaque para a filáucia) e da preparação das armas do amor. Refiro-me ainda, por outro lado, aos desígnios eugénicos de Vénus, promovendo o aparecimento de uma “progénie forte e bela” que possa contrapor-se aos humanos inícuos e insensatos que povoam o mundo. Tudo isto condiz com as profecias de Júpiter, a única voz verdadeiramente aurática do poema, substituto da Providência divina que, na est. 46 do canto II, apaziguando os temores de Vénus, tinha antecipado não apenas o bom êxito da viagem e o triunfo dos portugueses no Oriente mas também uma espécie de *pax universalis*, através da instauração de “leis milhores” em todo o Cosmos.

3. Outro ponto importante tem a ver com a natureza do prémio: o Amor nobre e resgatante é extraído dos moldes neoplatonistas, envolvendo a reconversão ontológica e o conhecimento dos segredos do tempo e do espaço (pese embora a analogia relativa com o subtexto virgiliano, aquando da subida de Eneias ao topo do monte, guiado por Anquises —VI, 675-78).

Como bem refere Hugo Francisco Bauzà, “La noción de un jardín excelso en el que es posible el vínculo de lo divino con lo humano, parece formar parte de los *universales*” (p. 211). Em Camões, porém, esse paraíso parece não ser apenas literário. Para além dessa vertente artística e antropológica, ele consubstancia ainda um sonho idiolectal: ou não fosse a ilha dos amores o reverso das muitas queixas que povoam a obra do poeta. A ilustração mais óbvia deste tese, é, porventura, a que diz respeito ao emparelhamento entre o soldado Lionardo e a ninfa Efire, situado logo depois do desembarque dos marinheiros: o dito nauta “...bem disposto,/Manhoso, cavaleiro e namorado” (IX, 75), que pode ser visto como anamorfose do próprio Camões, é bem o sucedâneo do sujeito masculino da Lírica, sistematicamente castigado pelo infortúnio amoroso; quanto à nereida que lhe coube em sorte, o seu comportamento parece decalcado da atitude furtiva que invariavelmente caracteriza a entidade feminina ao longo de toda a criação camoniana. A dife-

rença é que também aquela ninfa havia sido previamente atingida pelas setas amorosas dos cupidinhos, não tendo, daquela vez, conseguido levar até ao fim a sua recusa aos desejos masculinos, vendo-se “forçada” a deixar-se cair aos pés do “vencedor”.

4. Enquanto resultado coerente de toda uma dinâmica fabular, o desenlace da epopeia é susceptível de conduzir a uma reapreciação dos episódios anteriores. É exactamente o que sucede com *Os Lusíadas*. Com efeito, a exegese da Ilha dos Amores não pode fazer-se totalmente à margem de um exame hermenêutico de incidência global, envolvendo o problema da unidade de acção e da sintaxe dos episódios que a integram. É manifesto, neste caso, que, na sua complexa tessitura, o episódio final pode ser visto como síntese e fecho dos anteriores (Inês de Castro, o Velho do Restelo, o Adamastor, os Doze de Inglaterra, a descida de Baco às profundezas do Oceano).

Nessa medida, é possível relacionar a derrota do Amor natural em Inês de Castro com o triunfo absoluto desse mesmo Amor na ilha de Vénus; de igual modo, os argumentos arcádicos expendidos pelo Velho do Restelo no final do Canto IV (e que haviam ficado retidos, ao menos, na consciência subliminar de quantos o tinham ouvido) encontram finalmente uma alternativa plena: não já de renúncia estóica mas de superação gloriosa; é igualmente possível estabelecer um contraste entre a desfeita terrena do Adamastor, prisioneiro e vítima dos seus impulsos, com o sucesso alcançado nos mares pelos nautas perseverantes, cautelosos e sofredores⁽⁴⁾; a bravura generosa do Magriço e dos seus pares, logo recompensada pelo Rei inglês e pelas “damas gentis da corte inglesa”, só vai encontrar resposta cabal nesta ínsula que é também um lugar

⁽⁴⁾ A esse propósito, parece muito significativo que o narrador destaque a presença na ilha da nereida Tétis. Lembremo-nos de que se trata da mesma figura que, no canto V, nos aparece como enganadora do Adamastor. É, de resto, sintomático que seja o próprio Cupido a ocupar-se dela, uma vez que “...Tétis quer ferir mais que nenhũa/ Porque mais que nenhũa lhe era esquiva” (IX, 48).

de triunfo do espírito de cavalaria, assente na dádiva generosa e no esforço abnegado e altruísta. Finalmente, lembremos que, em resultado do concílio dos deuses marinhos, feiamente manipulado por um Baco despeitado e invejoso, os deuses ordenam a Eolo que solte toda a fúria dos “ventos repugnantes” (VI,35); a estes se vai opor Vénus, “mostrando-lhes as amadas Ninfas belas/ que mais fermosas vinham que as estrelas” que os hão-de namorar, neutralizando-lhe os ímpetos de destruição (VI, 87). Trata-se ainda aqui, julgo eu, de um primeiro ensaio da deusa Cípria: neste caso, para aplacar amorosamente a fúria da tempestade; mais à frente, no canto IX, há-de ser para promover e coroar os nautas vencedores.

Objecto de reflexão deve ser ainda uma circunstância bem interessante: é que, como muito bem sabemos, o conflito entre Baco e Vénus não é totalmente resolvido n’ *Os Lusíadas*. Em nenhum momento o deus das sombras reconhece o triunfo da deusa luminosa (ao contrário do que faz a Juno virgíliana *Eneida*, XII, 818-842, ou o Poséidon homérico, segundo previsão de Zeus no canto I da *Odisseia*). Várias explicações podem ser aduzidas para esta inconclusão: a mais importante de todas, porém, tem a ver com o facto de, em bom rigor, a acção do poema não encontrar fechamento. A haver confissão de derrota por parte de Baco, *Os Lusíadas* não poderiam terminar com uma exortação do narrador a uma nova partida. Deste modo, salvaguardando o antagonismo entre Vénus e Baco, que se afirma no primeiro concílio dos deuses (I, 20-41), o narrador certifica a perenidade da luta entre pulsões negativas e afinidades positivas, entre o condicionamento do despeito e o puro ímpeto de superação.

5. O problema mais complicado que Camões enfrentou na arquitectura do seu poema há-de ter sido o da verosimilhança. É sabido que tem dele uma consciência muito aguda. A ponto de na Proposição o enfrentar de forma inusitadamente programática. Mas como permanecer fiel à História, recorrendo tão fartamente a uma fábula mitológica? Sabemos que, até uma certa

altura, discriminou sabiamente as causas e os efeitos (como, quando, no Canto VI, as ninfas venusinas acodem a Vasco da Gama, que antes tinha fervorosamente implorado o auxílio da “Divina Guarda” — VI, 81-83). Mas na ilha dos Amores tudo parece mais difícil. Não parece Camões ceder aqui, mais do que em qualquer outro lugar, à tentação do fingimento? É de crer que tenha sentido essa tentação, sim. Lembremo-nos, porém, da cautela evemerista e censória que a si próprio se impôs naquele passo já citado em que avisa o leitor enlevado da natureza “pintada” da ilha (IX, 89)⁽⁵⁾.

Lembremo-nos, sobretudo, de outra coisa; é que os nautas divinizados da ilha dos amores não são meros seres de papel. Desde que se despedem de D. Manuel na praia de Belém, encarnam, de facto, o “peito ilustre lusitano”. Em concreto, são eles os vassalos de D. Sebastião, conquistadores da Terra e do Mar. Por isso Camões os coenvolve na exortação final do poema contra a *civitas diaboli*, expressamente identificada com o reino de Marrocos. Pelo menos no que diz respeito a este aspecto, Camões não deixa as coisas em suspenso: mergulha no Mito mas logo regressa à História. Por isso, a exortação final ao monarca retoma tão claramente o *ethos* e o tom da Dedicatória inicial (ampliando-a ainda mais, para além de tudo o que é normal).

6. Mas não só a questão da verosimilhança ocupou insistentemente as preocupações do artista. Não lhe há-de ter sido fácil, tão-pouco, encontrar um desenlace para o seu poema. Quase nos atrevemos a adivinhar hesitações a tal propósito⁽⁶⁾. Sabendo bem que, como já mandava Aristóteles (*Poética*, 54 a 37-b2), o desfecho deveria resultar da própria fábula, Camões enfrentou, desde logo, o desafio de unir as diversas pontas que foi desfiando. Como

⁽⁵⁾ Para uma visão inteligente e fundamentada das muitas implicações do “evemerismo” camoniano veja-se Hélio João Alves, pp. 607 e ss.

⁽⁶⁾ A este mesmo assunto, dediquei já atenção mais desenvolvida (“O nunca ouvido canto de Camões...”).

fazê-lo, porém, dentro desse princípio de adequação (*oikeia*) de que falava há pouco⁽⁷⁾?

Pode o poeta ter sido induzido a terminar a epopeia com a apoteose plasticamente reparadora da ilha dos Amores, seguida do regresso à Pátria, "...cortando o mar sereno,/com vento sempre manso e nunca irado". Neste caso, a estância de remate seria a 144, do canto X. A ser assim, a continuidade entre a fábula e o desenlace seria óbvia, registando-se, em simultâneo, o triunfo de Vénus e o bom sucesso dos nautas históricos. Tratar-se-ia, porventura, de uma solução de grande impacto estético, traduzida na consagração perfeita do herói. Mas não há dúvida de que sairia prejudicada a vertente didáctica e cívica. Rematando o seu poema em registo de luz e de fulgor, poderia colher-se a lição de que todas as sombras da História teriam sido decantadas com a viagem à Índia. Poderia pensar-se, inclusivamente, que o poema teria sido composto para contemplação embevecida de D. Sebastião e não tanto para o *mover* em relação a um futuro por construir.

É provável, por outro lado, que o nosso poeta tenha estado prestes a cair em outro tipo de tentação. De facto, já depois de celebrada a glória dos portugueses, Camões reincide nos desabafos de melancolia, em forma de epifonema, que tinha vindo a semear nos finais de canto, a partir do VI. A est. 145, nomeadamente (a que se inicia com o verso "No mais, musa, no mais que a lira tenho") é tremenda de decepção e amargura. Uma amargura que pode ter sido, ao mesmo tempo, pessoal e colectiva, idiossincrásica e epocal. Mas terminar assim equivaleria a uma retratação implosiva de toda a epopeia e do resgate implícito que dela se espera. Por isso, essa estância é seguida do verdadeiro remate do poema: aquele que, partindo da est. 146, se estende ainda por mais 88 versos. Como sabemos, esse remate consubstancia uma certificação e um apelo: a certificação de que os portugueses não só podem vencer de novo como podem vencer a um outro nível; o apelo vai

⁽⁷⁾ Cf *Poética*, 55b, 14-15.

directamente para o Rei, para que este assuma o seu destino messiânico conduzindo os vassallos a uma nova empresa “digna de ser cantada”.

370

7. Uma das questões mais polémicas que sempre vem à liça quando se fala deste episódio é a de saber se nele se verificam traços de utopia. É a ilha dos amores um protesto contra a história ou deve antes ser vista como um incitamento à sua correcção? Com base em pressupostos de rigor teórico, os Professores Martim de Albuquerque e Aguiar e Silva têm sustentado, a este propósito, posições antagónicas, inclinando-se o primeiro pela não aplicabilidade do conceito e o segundo pela sua pertinência⁽⁸⁾. O que está mais uma vez em causa é a relação que n’ *Os Lusíadas* se opera entre o plano da realidade e o da ficção (mesmo o da ficção declaradamente instrumental, como é o caso). Se optarmos por fazer vincar o compromisso cívico de Camões, retiramos implicitamente carga utópica ao episódio; se temperarmos esse dito compromisso com as liberdades próprias da criação poética não nos custa a admitir que estamos perante uma **utopia**, pelo menos em sentido amplo.

Há cerca de uma década, Luís de Sousa Rebelo propôs uma designação de síntese, falando em *eutopia* (e também em *eucronia*). Essa posição, encontra, de resto, perfeita legitimidade no próprio legado clássico, tal como magistralmente o definiu Hugo Francisco Bauzá⁽⁹⁾. Com efeito, se entendermos que a utopia representa sempre a fuga a uma realidade contrastante, vemo-nos obrigados a destacar não uma mas duas situações utópicas no poema de Camões: uma utopia regressiva, consubstanciada no modelo arcádico do Velho do Restelo e uma outra utopia, de índole progressiva, correspondente ao Reino cristão a edificar para além do Estreito, em cumprimento do

⁽⁸⁾ As posições de Martim de Albuquerque e Aguiar e Silva a que me refiro aparecem explicitadas, respectivamente, em *A Expressão do Poder em Luís de Camões* (pp. 291 e ss) e em *Camões: Labirintos e fascínios* (pp. 145 e ss).

⁽⁹⁾ Cf. op. cit., pp. 123 e ss.

desígnio confiado a Afonso Henriques pelo próprio Cristo nos campos de Ourique (III, 45).

Se quiséssemos simplificar o problema, poderíamos desde já concluir que se trataria, no primeiro caso, de uma utopia telúrica e, no segundo, de uma utopia telúrico-marítima. Mas, por muito conforto que possam trazer-nos num primeiro momento, as simplificações raramente correspondem à realidade.

8. Em boa verdade, a questão da terra e do mar n' *Os Lusíadas* não se compadece com reducionismos deste tipo. O problema é, de facto, um pouco mais complexo: há, desde logo, o Reino Lusitano, geograficamente concebido como praia, “cume da cabeça da Europa toda (...) /onde a terra se acaba e o mar começa” (III, 20); temos depois a terra consolidada de Afonso Henriques, de Nun'Álvares e do Mestre de Avis; e temos ainda a terra insatisfeita e incompleta de D. Sebastião. Une estas diferentes concepções o *telos* cruzadístico e imperial lendariamente invocado desde Afonso Henriques e profeticamente proclamado na Dedicatória e na exortação final.

O mar é a via religante, o caminho custoso e sacrificial, a prova aferidora de capacidades e sentimentos. Num outro nível, igualmente relevante, temos a terra sensitiva e traiçoeira que leva o Adamastor à perdição; e temos o Reino Antigo, a terra patrimonial do Velho do Restelo.

Temos, por fim, o Novo Reino, que não é exclusivamente marítimo. Nasce de um processo de sublimação ou de hipóstase entre o Mar e a Terra. Convencionalmente, é representado através de uma ilha, sem coordenadas de espaço e de tempo. E (ainda) está por construir, conforme o indica o apelo a uma nova viagem, para além do Tempo, do Espaço e também, porventura, para além da Razão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

372

1. ALBUQUERQUE, Martim de (1998), "Utopia e Camões", in *A Expressão do Poder em Luís de Camões*, Lisboa, INCM, pp.291-306.
2. ALVES, Hélio João (2001), *Camões, Corte-Real e o sistema da epopeia quincentista*, Coimbra, Centro Interuniversitário de Estudos Camonianos.
3. ARISTÓTELES, *Poética* (1974), Edición trilingue de Valentin García Yebra, Gredos, Madrid.
4. BERNARDES, José Augusto Cardoso (2000), "O nunca ouvido canto de Camões e as estâncias finais d' *Os Lusíadas*", in *Mathesis*, 9, pp. 69-84.
5. DELUMEAU, Jean (1994), *Uma história do paraíso* Lisboa, Terramar.
6. CUNHA, A. Geraldo (1966), *Índice analítico do Vocabulário d' Os Lusíadas*, Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional do Livro.
7. FRANCISCO BAUZÀ, Hugo (1993), *El imaginario clásico, Edad de Oro, Utopía y Arcadia*, Santiago de Compostela, Servicio de Publicaciones e Intercambio Científico.
8. LANGROUVA, Helena (2006), *A Viagem na poesia de Camões*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
9. MATOS, M. V. L. de (1995), "O mar em Camões", in *Oceanos*, 23, pp. 54-65.
10. REBELO, Luís de Sousa (1995), "Bucolismo e eticidade n' *Os Lusíadas*", in *Oceanos*, 23, pp. 72-80.
11. SILVA, Victor M. Aguiar e (1994), "Imaginação e pensamento utópico no episódio da ilha dos Amores", in *Camões. Labirintos e fascínios*, Lisboa, Cotovia, pp. 145-154.
12. VENTURA, Maria Garcez (2000), "Os mares no tempo de Camões: elementos e consciência do primeiro sistema mundial", in *Os mares de Camões. VI Forum camonianò* (coord. de Manuela Azevedo), Lisboa, Edições Colibri, pp. 71-82.